



**Pesquisando a História da Luta Armada em Moçambique:
o contexto dos desafios atuais da comunicação científica**

***Researching the history of the armed fight in Mozambique:
the context of the current challenges of scientific communication.***

*Colin Darch**

Resumo:

O artigo intitulado “pesquisando a história da luta armada em Moçambique: o contexto dos desafios atuais da comunicação científica” apresenta um debate atualizado da produção historiográfica de um dos campos de estudos da história de Moçambique, “o movimento de libertação nacional”. Também apresenta uma análise do processo da circulação daquela produção, considerando seus problemas e desafios, bem como analisa a importância das memórias como fonte de pesquisa histórica. Em Moçambique, nos últimos anos tem sido recorrente a publicação de memórias através das quais, ex-combatentes relatam suas próprias experiências, vivências e sua contribuição enquanto sujeito co-construtor daquele período histórico.

Palavras-Chave:

Luta Armada, História, Moçambique.

Abstract:

The title of the article “Researching the history of the armed fight in Mozambique: the context of the current challenges of scientific communication” presents an up-to-date debate of the historiographical production of one of the research field in the history of Mozambique, “the national freedom liberation movement”. It also discusses an analysis of the process of circulation of this production, taking into consideration its problems and challenges, as well as analyses the importance of the memories as a source of historical research. In Mozambique, over the last years, it has been very recurrent the publication of memories, through which ex-combatants report their own experiences, life and give their contribution as a subject co-builder of that historical period.

Keywords:

Armed Struggle, History, Mozambique.

* Professor Visitante na University of Cape Town.

O que tento fazer neste texto é oferecer algumas reflexões sobre os desafios da investigação da história da luta moçambicana de libertação, como estes existem na segunda década do século 21, cinquenta anos após o desencadeamento de combate. O princípio organizativo para essas observações será a contradição que acredito estarmos sofrendo neste momento entre o que poderia ser chamado de um «florescimento» de pesquisa histórica sobre a luta armada, especialmente ao nível nacional moçambicano, por um lado, e uma crise global na cadeia de comunicação científica, por outro. Esta crise é especialmente aguda nos países africanos, diferenciados como às vezes são por diferenças políticas, sociais e lingüísticas, e está provocando grandes dificuldades na propagação do conhecimento histórico em toda a nossa região da África Austral.

A ideia da cadeia de comunicação científica tem sido tradicionalmente entendida numa forma bastante simplificadora. Investigação histórica profissional é realizada pelos investigadores – às vezes, mas nem sempre, dentro de uma instituição acadêmica – consultando documentação primária nos arquivos, documentação secundária nas bibliotecas, evidência física nos museus ou coleções arqueológicas. Essas fontes são frequentemente aumentadas por informações recolhidas de, por exemplo, entrevistas com participantes ou outros tipos de sondagem. Na segunda fase, o pesquisador escreve uma narrativa textual, que em seguida é submetida a uma casa editorial – empresarial ou acadêmica. O trabalho escrito é avaliado num processo de revisão de pares, e, em seguida, aparece em livro ou revista. Essa publicação é sistematicamente comercializada e distribuída, traduzida se for necessário, e depositada em bibliotecas, para que o ciclo possa começar de novo. Em resumo, a pesquisa conduz a escrita, o que conduz ao controlo de qualidade, o que conduz à publicação, o que conduz a distribuição, o que conduz o documento impresso para a biblioteca, onde finalmente o escrito se encontra nas mãos do leitor. Creio que infelizmente essa sequência ou cadeia é atualmente quebrada em vários pontos, e que esse colapso constitui um desafio especialmente importante para a manutenção e divulgação da pesquisa histórica que está sendo realizada hoje em dia em Moçambique.

Claro que existem desafios historiográficos mais estreitos para a realização de pesquisa, que estão sendo enfrentados neste momento pelos historiadores moçambicanos. Esses estudiosos estão a produzir micro estudos sobre aspectos específicos da luta, como também macro-narrativas sintéticas e ambiciosas, e coleções de documentação de grande valor para aqueles que trabalham à distância. Entre as questões teóricas que estão sendo assim abordadas, quero sugerir, encontre-se a localização da luta da libertação dentro de uma tipologia estritamente definida de conflito armado, que é em si uma área altamente contestada;¹ juntamente com um debate sobre a terminologia e o peso ideológico que a mesma carrega, e a questão de análise correta dos aspectos *militares* da luta, tanto ao nível estratégico como ao nível tático.

Uma segunda categoria de desafios está relacionada com a contextualização de análise histórica da luta dentro da história mais ampla de Moçambique em si, tal como dentro da história das lutas contemporâneas para libertação em toda a região da África Austral, e, ainda mais, das lutas dos povos oprimidos no hemisfério meridional nas décadas de sessenta e setenta. Sugiro que essa contextualização apresenta certas dificuldades para o investigador contemporâneo na medida que exige uma confrontação com determinados mitos políticos sobre a origem e o caráter da nação e os processos do seu nascimento.

¹ Veja, por exemplo, a tentativa pelo Projeto COW (Correlates of War) a desenvolver uma tipologia de conflitos armados a partir de 1816 (<http://www.correlatesofwar.org>). O projecto tentou colecionar dados estatísticos sobre quatro principais categorias de conflito.

A terceira e última categoria de desafios é composta pelas preocupações da escrita de história, de relatar narrativas históricas que fazem mais do que simplesmente contar uma seqüência de eventos, e que também ressoam com a experiência vivida dos leitores contemporâneos, na segunda década do século 21. Uma tal história, de fato, deve ser em certa medida produzida não só *para*, mas também a partir do momento atual. Assim vamos ser levados de volta para a questão de como as histórias assim produzidas podem alcançar o público popular tal como o acadêmico.

É bem possível que essas observações possam ser consideradas por alguns como constituindo em certa medida um «olhar de fora»: não fui participante na luta armada, e não sou cidadão moçambicano. Além disso, estou perfeitamente ciente de que a relação entre as análises históricas produzidas pelos historiadores acadêmicos, por um lado, e a experiência histórica vivida pelos participantes na luta nacional, às vezes pode ser fonte de tensões bastante fortes.² Mas acredito que tais tensões podem ser frutíferas através de processos dialéticos de engajamento e debate.

Há vantagens e desvantagens de possuir até certo ponto o que pode ser chamado do olhar alheio. Entre as desvantagens, a inevitável ausência de uma profunda compreensão cultural. No caso de Moçambique acho que é relevante tanto para o caráter do país como elemento constituinte do mundo lusófono, como para a sua personagem nacional como país africano, com o seu gama de identidades etnolinguísticas variadas, fluidas, e numa constante interação. Entre as vantagens, talvez, uma capacidade de ver a luta de uma outra perspectiva, e de ser capaz de testemunhar a sua importância histórica num contexto mais amplo. Entre os elementos constituintes de uma tal perspectiva, acredito que podem ser salientados uma familiaridade com uma bibliografia abrangendo diferentes tradições historiográficas e bem mais ampla, acesso aos arquivos e bibliotecas especializados, e um conhecimento desenvolvido de outras lutas da nossa região. É assim que constituímos a comunidade de investigação extra-nacional, uma academia virtual dos interessados e curiosos que juntos avançaram a nossa análise e a nossa sabedoria.

O «florescimento» da pesquisa histórica já referido. Na altura quando eu cheguei a Moçambique nos finais de 1978 ou princípios de 1979, para trabalhar no Centro de Estudos Africanos na Universidade Eduardo Mondlane, ainda havia imensas tarefas a ser cumpridas em relação ao desenvolvimento do ensino histórico e da pesquisa histórica, tal como nas disciplinas afins arqueologia, antropologia e mesmo linguística. Eram áreas de conhecimento para as quais os portugueses, deixando de lado a questão do seu «olhar colonial», tinham prestado pouca atenção, com uma ou duas exceções. Não existiam nenhuma revista acadêmicas, e quase nenhuma atividade editorial em relação à publicação de monografias científicas.³

Hoje, trinta e cinco anos depois, estamos a testemunhar os imensos avanços alcançados na escrita da história de Moçambique, e devemos reconhecer o papel de liderança desempenhado pelos jovens estudiosos moçambicanos neste progresso.

No período entre Junho de 1994 e Dezembro de 2011, duzentos e setenta trabalhos de diploma numa diversidade de áreas foram aprovados no curso de licenciatura em história na Universidade Eduardo Mondlane, e alguns outros trabalhos de diploma com aspectos historiográficos foram também aprovados em outras faculdades e até outras instituições durante o mesmo período. Isto representa uma média, a cada ano, de pelo menos quinze licenciados com

² Veja, por exemplo, as reportagens sobre os debates no 'Primeiro Encontro de Estudos e Reflexão sobre as Formas de Coordenação da Pesquisa sobre a História da Luta de Libertação Nacional' (Maputo, Julho de 2010) no qual um participante afirmou que a Frelimo 'não é proprietário da história do país' (*Notícias*, 11 de Julho de 2010).

³ DARCH, Colin. Escritos e investigação sobre Moçambique, 1975-1980. *Estudos Moçambicanos*, no.1, 1980, p.111-120: disponível http://www.mozambiquehistory.net/periodicals/estud_moc/eng_01/darch_in_01.pdf.

formação superior em história. Mesmo antes de 1994 uma meia dúzia de trabalhos semelhantes foram aprovados. Além disso, entre 1993 e 2015, pelo menos doze doutorados foram auferidos na África do Sul, em Portugal, na Escandinávia, no Reino Unido e nos Estados Unidos por candidatos moçambicanos – e outros doutorados se encontram atualmente em curso quer nacional quer internacionalmente.⁴

Pode ser a propósito citar uma observação feita pelo falecido Presidente Samora Moisés Machel durante a Viagem Triunfal em 1975, quando salientou que a luta de libertação ‘não só liberta a terra, como liberta também as mentalidades’ – especificamente no sentido que esses estudiosos moçambicanos têm beneficiado precisamente porque uma consequência da luta era a possibilidade de uma nova história nacional, descolonizada e contínua.

Mesmo antes da independência, a Frelimo evidenciou uma consciência do significado, não somente da sua própria história institucional, mas também da necessidade de desenvolver nos seus próprios quadros e no povo moçambicano em geral uma consciência histórica. Esta característica não é e nunca era comum nos movimentos e partidos políticos de qualquer parte do mundo. Acredito que no caso da Frelimo foi fundado originalmente, pelo menos em parte, na ideologia e visão do mundo marxista do movimento na altura, e certamente deixou uma marca, uma influência, em nossa época neoliberal pós-94. A propósito, o conhecido Comandante Jika, do MPLA, com uma experiência semelhante na luta anticolonial, cita em epígrafe no seu livro de reflexões, o axioma do marxista assumido Louis Althusser: ‘procurar no passado o esclarecimento do presente e a previsão do futuro.’⁵

Cito também como exemplos comprovativos de trabalho histórico iniciado pela Frelimo, os panfletos *História da África* (1978), *História de Moçambique* (1978), e *História da Frelimo* (1980), todos divulgados – e este fato é interessante em si – pelo Departamento de Trabalho Ideológico, e amplamente distribuídos na altura em que foram editados.

A consciência histórica generalizada tem sido transitada para as estruturas do estado também, especialmente no que diz respeito ao ensino da história no sistema escolar. Desde o início, a importância da integração da investigação histórica no contexto educacional foi reconhecida: não seria possível realizar a pesquisa histórica, se não fosse numa fundação bastante segura de ensino histórica, mesmo a partir do nível das escolas primárias. No entanto, o simples fato de possuir uma consciência histórica não garante em nenhum sentido que as múltiplas dificuldades de concretizar ensino e investigação poderiam ser facilmente superadas. Consequentemente, no período pós-independência imediato, o ensino de história atraiu a atenção de planejadores e educadores. Em 1991, num estudo de desenvolvimento da educação histórica em Moçambique, os autores afirmaram que:

[...] a disciplina de história, pela sua natureza, [tinha] um papel de relevo na formação da personalidade moçambicana [...] [Mas] muitos têm sido os problemas que se colocam ao ensino da história [...] uns [...] de natureza conceptual, outros de índole metodológica.⁶

⁴ Em 2017, a Universidade Pedagógica em Maputo lançou um programa de doutoramento na história da África contemporânea, com 16 candidatos.

⁵ JIKA, Comandante. *Reflexões sobre a luta de libertação nacional* 2ª. Edição. Luanda: UEA, 1979, p.25.

⁶ MAXIMIANO, E. & ASSIS, A. F. de. O ensino da história no período pós-independência, in: Alexandrino José e Paula Maria G. Meneses (org.) *Moçambique: 16 anos de historiografia*. Maputo, 1991, p.157.

Esse historial todo pode ser justificavelmente fonte de orgulho na medida em que a luta armada dificilmente fará sentido como narrativa histórica, exceto no contexto de uma compreensão adequada de, por exemplo, a economia política do colonialismo português, um conhecimento amplo das lutas pela emancipação de outros povos oprimidos na África Austral e o hemisfério meridional, e, o que não é menos importante, tomando em conta a história de Moçambique como república independente após a vitória de 1975. A formação de historiadores moçambicanos é claramente um elemento chave na construção de um amplo quadro institucional no qual um centro tal como o Centro de Pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional (CPHLLN), deve necessariamente funcionar.

Aconteceu, portanto, uma série de seminários e conferências dedicados à questão da história da luta de libertação. As duas sessões do Congresso sobre a Luta de Libertação Nacional ou Guerra Colonial realizadas em Portugal e em Maputo na primeira década desse século devem ser reconhecidas como tendo desempenhado um papel importante na abertura do caminho para discussões acadêmicas em torno da pesquisa e escrita sobre o assunto. Mais recentemente, em Julho de 2010, o «Encontro de Estudos e Reflexão Sobre as Formas de Coordenação» tomou lugar em Maputo, enfatizando as tarefas essenciais de recolha e preservação de fontes de todos os tipos, incluindo, naturalmente, as memórias dos antigos participantes. O simpósio «Cinquenta Anos da Frelimo» organizado pelo CPHLLN nos meados de 2012 centrou-se nos temas das circunstâncias da fundação da Frelimo, a abertura das frentes de combate, e a complexa questão da luta clandestina nos centros urbanos. E finalmente, um seminário científico com o tema ‘Desafios de Pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional na Atualidade’ tomou lugar em Maputo entre 16 e 18 de setembro em 2015.

Em termos das publicações editadas aqui em Moçambique, estamos atualmente no meio do que me parece uma verdadeira onda de memórias e depoimentos dos participantes na luta, que, com a passagem de tempo tendo alcançado uma certa idade e sendo aposentado da vida pública, estão dedicando o seu tempo a tarefa de colocar as suas memórias no papel. É de reconhecer que entre essas autobiografias se encontram mesmo um punhado de textos escritos por determinados indivíduos que abandonaram as fileiras da Frelimo durante alguns tempos difíceis, e passaram para o lado dos portugueses.

Já apareceu o primeiro volume de uma história sintético em larga escala sobre a totalidade da guerra de libertação, organizado por Joel das Neves Tembe do Arquivo Histórico de Moçambique. Os autores contribuintes a este trabalho coletivo têm aproveitado de uma ampla gama de fontes, de ambos os lados da luta, incluindo a documentação primária dos arquivos, a literatura secundária em vários idiomas, e naturalmente, as entrevistas. É de chamar atenção também ao primeiro volume de uma obra dedicada ao Destacamento Feminino, coordenado por Benigna Zimba, que foi publicado em 2012. Esperamos o lançamento dos próximos volumes de ambos esses trabalhos com grande antecipação. Por último, os nove volumes resultados do projeto Hashim Mbita, abrangendo todas as lutas de libertação da região da África Austral, e organizados pelo historiador veterano tanzaniano Arnold Temu e Joel das Neves Tembe finalmente foram publicados.

Tudo isso sem realmente tomando em conta o fato que, em Portugal, já em 1989, o Estado-Maior das Forças Armadas portuguesas lançou uma resenha militar das suas campanhas africanas em múltiplos volumes. Existem também muitas memórias, biografias e depoimentos sobre as experiências vividas pelos militares e outros participantes portugueses nesses conflitos. Claro, então, que em nossos tempos a história da luta de libertação está longe de ser uma tabula rasa ou lousa em branco.



Como consequência de todas essas iniciativas, estamos agora começando a compreender determinados aspectos da história da luta armada numa forma mais pormenorizada, além de termos um enquadramento a larga escala bem mais rico. No entanto, gostaria de sugerir que esta compreensão detalhada ainda está, problematicamente, o domínio dos especialistas. Assim, a questão de acesso aos, e popularização dos, novos conhecimentos da luta, em Moçambique e em outros países da África Austral, precisa da nossa atenção especial. As dificuldades da divulgação e da popularização são, pelo menos em parte, atribuíveis aos desafios de comunicação científica aos quais já referi.

A luta de libertação era uma guerra prolongada, com o período de combates apenas alguns dias mais curto que dez anos: a partir de 25 de Setembro de 1964 até o cessar-fogo acordado em Lusaka ao 7 de Setembro de 1974. O historiador Alistair Horne, descrevendo a guerra contra o poder colonial francês na Argélia de 1954 até 1962, salientou que havia um “elenco de personagens enorme, constantemente aparecendo, reaparecendo e desaparecendo, além dos níveis de ação variáveis, muitas vezes fora de fase uns com os outros”.⁷

Essa caracterização é válida para a luta de Moçambique, e para entender o fluxo de eventos é preciso que o historiador domine não só a história política, econômica e social de Moçambique, mas também de Portugal, além em certa medida, as influências das lutas paralelas em Angola e Guiné, que tinham o efeito de limitar a capacidade portuguesa. Para o poder colonial era uma guerra de três frentes, milhares de quilômetros de distância fora da metrópole.

Nas pesquisas que estão sendo realizadas atualmente, vimos algumas novas linhas interessantes de investigação. Para citar um exemplo, sabemos bem que o trabalho político preparatório estava sendo realizado entre as populações das províncias setentrionais, mesmo no início da década sessenta, e foi uma característica fundamental da estratégia da Frelimo em toda a luta enquanto as forças de libertação avançaram para o sul. Investigações antropológicas realizadas na década de noventa com populações maconde nas zonas rurais da província de Cabo Delgado indicaram que, para muitas destas pessoas, a sua compreensão da natureza da luta foi informado por crenças na capacidade dos feiticeiros de transformar a sua forma física pessoal. Seria fascinante, acho, entender mais sobre essa «interface» entre o que poderia ser chamado da visão modernista da Frelimo e tais crenças mais antigas, e como era que as formas de mobilização política foram entendidas por ambos os lados, num tal contexto.⁸

Uma outra linha de análise que me parece sob-explorada neste momento diz respeito às decisões militares específicas e ao desenvolvimento da estratégia e táticas da Frelimo que, ao longo do tempo, levaram à vitória. Gostaria de ilustrar este ponto de argumento, por referência a um estudo importante mas pouco notada sobre as guerras coloniais em Nova Zelândia, publicado em 1986 pelo historiador James Belich. Essas guerras eram quatro campanhas de conquista, travadas pelos britânicos contra os habitantes maoris da Nova Zelândia entre 1845 e 1872. A sabedoria convencional era sempre que os povos maori eram guerreiros corajosos mas primitivos que foram derrotados pelas táticas espertas, modernas e sofisticadas do exército colonial. As suas vitórias foram atribuídas aos erros britânicos, ou aos seus números superiores em relação às tropas invasoras. Belich virou tudo isso de cabeça para baixo, voltando a uma análise pormenorizada dos próprios combates e assim mostrando que, em resposta à agressão britânica, os maoris

⁷ HORNE, Alistair. *A Savage War of Peace: Algeria 1954-1962*, ed. rev. Londres: Macmillan, 1996, p.13.

⁸ Veja p.e. WEST, Harry. *Kupilikula: governance and the invisible realm in Mozambique*. Chicago: University of Chicago Press, 2005 e LARANJEIRA, Lia. *Mashinamu na uhuru: arte makonde e história política de Moçambique. 1950-1974*. São Paulo: Intermeios, 2018.

desenvolveram um sistema sofisticado de defesa, e foram finalmente derrotados, apenas pela superioridade numérica das forças britânicas, e não por uma estratégia ou as táticas superiores. O Belich é um dos poucos historiadores sociais a tentar a sério integrar a história militar – o que ele chama de ‘o negócio confuso de combate real’ [‘the messy business of fighting’] – numa narrativa histórica mais ampla. Na introdução ao seu livro, ele aponta à ‘negligência acadêmica da história militar que é especialmente aguda nos casos de guerras coloniais.’⁹

Nesta conjuntura atual, meio século após o início da luta, é necessário substituir a metanarrativa triunfalista dominante, segundo a qual a ‘vitória era certa’, com uma análise deconstrutora e realista com o objetivo de entender exatamente *como* a Frelimo conseguiu vencer na guerra com os portugueses. Na primeira metade do século XVI, o historiador italiano, Francesco Guicciardini escreveu num de seus cadernos que ‘... de vez em quando indiretamente pode ser útil que a sua causa seja justa. Mas supor que diretamente tal efeito é produzido, seria um erro.’¹⁰ Não há dúvida que a causa da independência de Moçambique foi uma causa justa, mas Guicciardini tinha razão quando salientou que uma tal justiça da causa é uma explicação por si *insuficiente* para a derrota do poder colonial. O determinismo é talvez uma consequência quase inevitável da retrospectiva. Mas há perigo em pensar que a vitória da Frelimo era inevitável. Na história havia muitas causas justas que não tiveram sucesso, e por isso estamos obrigados a dar todo o crédito para essa pequena força guerrilha, que conseguiu mobilizar apoio popular e derrotou um exército moderno europeu, assim conquistando a independência nacional. A fim de compreender bem como isso foi conseguido, uma história militar aprofundada deve analisar sistematicamente os diferentes terrenos, as condições climáticas, o impacto das doenças e das epidemias, bem como «o negócio confuso de combate real» já mencionado. O historiador inglês Richard Overy escreveu sobre a questão de determinismo em relação à Segunda Guerra Mundial que “hoje em dia conhecemos essa história tão bem que não tomamos em consideração a inquietante possibilidade que outros resultados poderiam ter acontecidos.”¹¹

Concordo com o Avery: nenhum resultado histórico é preordenado, e é uma manifestação de respeito aos participantes na luta de libertação e ao seu movimento, a Frelimo, de interrogar o mais rigorosamente que possível as suas decisões difíceis e de descobrir como foi, que eles alcançaram a vitória, através das escolhas que fizeram.

Conhecemos, em termos gerais, na base de exercícios de mapeamento dos sítios geográficos onde aconteceram os combates, realizados por pesquisadores do Arquivo Histórico no início de década oitenta, que as forças da Frelimo estavam empurrando para o sul ao longo dos anos sessenta, e que o estabelecimento de controlo sobre zonas libertadas pode ser datado deste período. O primeiro volume da recém-publicada *História da Luta de Libertação* inclui imagens de vários mapas esquemáticos feitas na altura. Esse tipo de abordagem, integrando a análise espacial com o temporal, a fim de entender *graficamente*, ao invés de meramente textualmente, como o fluxo e refluxo de combate aconteceu, precisa ser desenvolvida e sustentada. Num estudo geral sobre a história da guerra na África, o historiador Richard Reid nos lembra que eram os “ambientes físicos e as climas específicas que tiveram um impacto direto nas formas tomadas pela violência organizada”.¹²

⁹ BELICH, James. *The New Zealand wars and the Victorian interpretation of racial conflict*. Auckland NZ: Auckland University Press, 1986, p.12.

¹⁰ *Ricordi*, série 2, no.147.

¹¹ AVERY, Richard. *Why the Allies Won*. 2ª. Edição. Londres: Pimlico, 2006, p.1.

¹² REID, Richard J. *Warfare in African History*. New York: Cambridge University Press, 2012, p.1.

Nos finais da década de sessenta, as divisões internas no seio da Frelimo, habitualmente denominadas como «a luta entre as duas linhas» intensificaram-se, e estavam mais agudas do que nunca, no momento da realização do segundo congresso em território moçambicano, na província de Niassa, em Julho de 1968. Posteriormente, no dia 3 de Fevereiro de 1969, o presidente da Frelimo, Eduardo Chivambo Mondlane, foi assassinado.

Como é de conhecimento comum, precisamente nesse contexto no ano seguinte, a enorme, custosa e prolongada Operação Nó Górdio foi desencadeada pelo General Kaúlza de Arriaga, com os dois objetivos de destruir as forças nacionalistas na província de Cabo Delgado e de selar as rotas de infiltração através do rio Rovuma, na fronteira com a Tanzânia.

O fracasso da Operação Nó Górdio, que não alcançou nenhum dos seus objetivos, apesar do investimento de enormes recursos humanos e materiais na campanha pelos portugueses, corresponde à definição de uma ‘vitória operacional determinante’ para a Frelimo, que sofreram baixas, mas mostrou-se capaz tanto de sobreviver naquela província como de montar ataques nas outras, onde as defesas portuguesas tinham sido enfraquecidas. O que ainda é necessário é uma análise cuidadosa estratégica e tática dos combates, e das doutrinas político-militares que informaram a tomada de decisões em ambos os lados.

Assim, reconhecendo que em 2015 a história da luta de libertação já é um campo bem arado, e reconhecendo também a qualidade das pesquisas significativas e importantes já concluídas, gostaria de fazer algumas observações gerais sobre a terminologia e a categorização da guerra na história, antes de voltar em jeito de conclusão, ao meu tema da crise na comunicação científica.



As palavras que denominam as coisas são significativas, porque moldam o nosso pensamento acerca dos objetos assim descritos. Sem rodeios, a terminologia é importante. Doutor Lourenço de Rosário, na altura magnífico reitor do Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU) em Maputo, chamou a nossa atenção a essa importância ideológica da terminologia, na sessão de abertura do Segundo Congresso sobre a Luta de Libertação Nacional, quando apontou que

Salazar ... chamou [o conflito] de ‘campanha de África contra o terrorismo’. Marcelo Caetano reconheceu a natureza militar bélica ... e chamou-o de ‘guerra do ultramar’ ... os radicais de esquerda chamaram-no de ‘guerra anticolonial’ associada à luta antifascista e os demais .. consagraram a designação ... mais consensual entre os portugueses: ‘guerra colonial’. Para nos, os africanos, foi sempre ‘luta armada de libertação nacional’.¹³

Assim, quando os portugueses escreveram ou falaram de ‘uma guerra subversiva’ ou de uma ‘contra-insurgência’, ou denominaram os combatentes da Frelimo de «turras», a utilização dessas palavras – «subversiva» ou «terrorista» – tinha o efeito de uma legitimação implícita da dominação pelo estado colonial, bem como seu corolário, que era a deslegitimação dos objetivos do nacionalismo moçambicano. Até mesmo o aparentemente imparcial termo contemporâneo, quer dizer, ‘guerra colonial’, elimina o conteúdo ideológico e político dos conflitos não só em

¹³ ISPU, *II Congresso sobre a Luta de Libertação Nacional/Guerra Colonial 27 anos depois: a reflexão possível*. Maputo: 2004, p.7.

Moçambique, mas também em Angola e Guiné. Essa terminologia diz, ou talvez sussurra, que os nacionalistas queriam desestabilizar a sociedade, queriam explodir coisas e matar pessoas, e queriam aterrorizar. Em contraste, a terminologia preferida da Frelimo – luta de libertação nacional – é absolutamente transparente na medida que define o objetivo da luta – a independência nacional – e, ao mesmo tempo inclui não apenas combate armado, mas outras formas de luta também, quer sejam estas políticas, sociais ou econômicas.

Diferenças terminológicas semelhantes existem noutras partes do mundo, especialmente sobre as guerras. Por exemplo, a luta pela independência argelina, que foi em vários aspectos análoga à guerra de Moçambique, é normalmente denominado pelos franceses como ‘la guerre d’Algérie’ [a guerra de Argélia], mas pelos argelinos simplesmente de ‘la révolution’, frisando assim as conseqüências sociais e culturais na sociedade argelina da conquista da independência.

Aceitando para já, portanto, que criticar o uso de terminologia não é meramente sofisma semântico, e que as palavras que costumamos usar não são meras alternativas, mas têm uma carga quer ideológica quer científica, gostaria de prestar atenção a questão de como a luta de libertação nacional se encaixa numa tipologia globalizante de guerra e conflito armado. Não é apenas uma questão técnica ou «acadêmica» no sentido pejorativo dessas palavras. Tem a ver com a análise de eventos tais como o massacre de não-combatentes realizadas pela tropa colonial em Wiriyaumu, ou a política oficialmente autorizada da chamada ‘ação punitiva’ recém-revelada em documentos relativas à luta em Angola, já em 1961. Se bem que o senso comum nos diga que tais ações extremas devem ser consideradas como crimes, existem muitas outras situações mais ambíguas nos conflitos armados, onde não é óbvio – especialmente do ponto de vista jurídico – no que consiste o uso proporcional e adequado da força letal.

Num artigo sobre o massacre de Wiriyaumu publicado em inglês em 2012 dois investigadores portugueses insinuaram várias vezes que a luta armada pode talvez ser classificada como tipo de guerra civil. Escrevem, por exemplo, que ‘há poucos assuntos que necessitam a análise mais urgentemente do que a dinâmica do assassinato em massa de civis nas *guerras civis*’; e ‘a adaptação ao combate nas *guerras civis*, particularmente a combate irregular... é difícil ... para os militares’; e, por último, ‘uma leitura cuidadosa da doutrina portuguesa [da contra-subversão] ... nos alerta ao problema fundamental gerado pelas abordagens centradas às populações nas *guerras civis*’.¹⁴ Claro, a principal característica de uma guerra civil é que é travada por cidadãos do mesmo país, uns contra os outros. Assim, dar a entender mesmo por implicação que uma luta de libertação para a independência nacional, contra uma potência colonizadora, pode ser classificada dessa forma é difícil de defender.

Neste momento existem dois sistemas principais para a classificação de guerra: o programa de «Dados sobre Conflitos» de Uppsala, na Suécia, e o programa «Correlatos de Guerra» da Pennsylvania State University, nos Estados Unidos. O programa sueco tem dados a partir de 1970: o projeto norte-americano desde o final da Segunda Guerra Mundial. O sistema norte-americano classifica guerras em dois grandes grupos: as guerras internacionais e as guerras civis. As internacionais são subdivididas em dois tipos principais, a interestadual e a extra sistêmica. A extra sistêmica é que interessa mais, dado que nesse tipo de conflito um estado está envolvido num conflito armado com outra entidade política que não é estado, como, por exemplo, um movimento de libertação.

¹⁴ REIS, Bruno & OLIVEIRA, Pedro. Cutting heads or winning hearts: late colonial Portuguese counterinsurgency and the Wiriyaumu massacre of 1972. *Civil Wars*, 14, no.1 (Março de 2012): 80-103.

Estas definições continuam a ser objeto de controvérsia sobre o seu conteúdo ideológico, mas têm algo a ver com processos judiciais do pós-guerra, por exemplo, em respeito às violações flagrantes dos direitos humanos, ou quando questões contenciosas históricas acontecem acerca da inter-relação entre conflitos em períodos diferentes, como tem sido o caso em relação à guerra de 16 anos entre o estado de Moçambique e o movimento RENAMO, a categorização do qual continua a ser controversa nas camadas acadêmicas.

Outro aspecto da disciplinaridade desses estudos é preciso enfatizar. Em 2015, o Centro de Pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional (CPHLLN), convidando estudiosos de várias nacionalidades a participar no Seminário Científico ‘Desafios de Pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional na Atualidade,’ afirmou que manter uma visão eurocêntrica da África era na realidade constituir ‘um espaço das trevas, onde a vida era um autêntico abismo e desprovida de história e de civilização.’ A historiografia geral da guerra, a chamada disciplina de ‘estudos de guerra’ tem, ainda hoje, algo dessa atitude de desprezo para com conflitos africanos, como o já citado Richard Reid indica:

[...] de uma perspectiva global, os estudos de guerra (que englobam a muito menos na moda prática de história militar) é como disciplina decididamente eurocêntrica [...] e [...] entendimentos particulares [...] têm sido impostos por uma zona do mundo ao todo o resto [...]¹⁵

O significado dos nossos estudos da guerra de libertação, portanto, pode também ser considerado como sendo uma reivindicação de um espaço intelectual para a análise de guerra em África, como parte integral do corrente principal, em vez de simplesmente uma atividade secundária e aberrante.



Como já mencionei, a questão da localização ou contextualização da luta armada é importante não apenas teoricamente – que tipo de conflito era? – mas também espacial e temporalmente, em outras palavras, no espaço geográfico não só das zonas do norte e do centro deste país, mas também da nossa região da África oriental e austral; e no seu período histórico específico, as décadas de 1960 e 1970. Este contexto temporal torna-se cada vez mais importante com a passagem de tempo e a conseqüente inevitável desaparecimento das experiências diretamente vividas dos participantes. O já citado historiador italiano, Guicciardini, escreveu essas palavras propositadas no século 16:

[...] todos os historiadores [...] cometem o erro de não relacionar muitas coisas bem conhecidas nos seus tempos, sendo essas, assuntos de notoriedade universal ... Mas se tinham pensado que ao longo de tempo ... a memória de coisas está perdida, e que a história é escrita por nenhuma outra razão além de que estes conhecimentos pudessem ser perpetuados, teriam sido mais cuidadosos em escrever de uma tal maneira, que as pessoas numa época distante pudessem ter

¹⁵ REID, Op. Cit, p.ix-x.

todos os eventos, tanto diante de seus olhos como aqueles em cuja presença aconteceram.¹⁶

Esta observação é tão ressonante hoje em dia, como era quando escrita gerações atrás, e acredito que é uma das razões por que devemos especialmente saudar a publicação da variedade de memórias, autobiografias, biografias e depoimentos nos últimos anos. Para referenciar exemplos concretos, sem prejuízo para aqueles não citados, as memórias de Raúl Bernardo Honwana (publicadas em 1989), do presidente Joaquim Alberto Chissano (publicadas em 2010) e de Lopes Tembe Ndelana, (publicadas em 2012) estão todas cheias de pormenores circunstanciais sobre como foi a experiência de estar vivo e ativo em determinados momentos históricos, de modo que, para repetir as palavras de Guicciardini, os textos permitem nos ter os eventos descritos ‘tanto diante de nossos olhos como aqueles em cuja presença aconteceram’.¹⁷

O caráter das narrativas históricas sobre a guerra também muda ao longo do tempo. A historiografia da guerra civil soviética de 1917 a 1921 oferece um exemplo desse fenômeno. Os primeiros registros focaram quase exclusivamente na história militar e político, mas com a passagem do tempo, a partir da década de oitenta, uma historiografia revisionista surgiu enfatizando as histórias privadas e sociais, questões de gênero, a diferenciação no campesinato, questões culturais, as economias políticas das regiões, e assim por diante. Acho possível e mesmo provável que a história da luta de libertação nacional passará por mudanças análogas de articulação com o passar dos anos.

Não há dúvida, é claro, que a Frelimo conquistou a vitória, não apenas politicamente, mas militarmente, desde que o seu principal objetivo, independência nacional incondicional, foi alcançado. Mesmo tais comentaristas pró-portugueses como o norte-americano John P. Cain têm contragosto de confessar isso: ‘... Portugal perdeu a guerra e, finalmente, suas colônias, apesar de seus sacrifícios enormes’.¹⁸



Anteriormente fiz referência à importância da cadeia de comunicação científica – do pesquisador ao leitor e de volta – na construção de uma comunidade de pesquisa em torno da história da luta armada. Acredito que a existência de uma cadeia fraca, ineficaz e ineficiente de comunicação científica, tanto nacional como internacionalmente, é grande desafio para os historiadores moçambicanos, e admito que é um problema para o qual não tenho solução.

Os investigadores precisam atingir o seu público-alvo, seja isso constituído por colegas acadêmicos, ou por um público mais amplo de interessados no assunto: no nosso caso, por exemplo, este incluirá de certeza absoluta, os antigos combatentes. A produção de textos históricos deve atingir também o sistema de ensino em geral, pelo menos aos níveis secundários e superiores. Mas o funcionamento de sistemas de comunicação científica encontra-se numa situação de mudança rápida e até arbitraria em todo o mundo, e é especialmente frágil nos países africanos pós-coloniais,

¹⁶ *Ricordi*, série 2, no.143.

¹⁷ HONWANA, Raúl Bernardo . *Memórias*. Rio Tinto: ASA, 1989; CHISSANO, Joaquim Alberto. *Vidas, lugares e tempos*. Maputo: Texto Editores, 2010; NDELANA, Lopes Tembe. *Da UDENAMO à FRELIMO*. Maputo: Marimbique, 2012.

¹⁸ CAIN, John P. *Counterinsurgency in Africa: the Portuguese way of war, 1961-1974*. Westport, Conn.: Greenwood, 1997.

dividido como nos estamos por redes de distribuição interestaduais disfuncionais, e por diferenças lingüísticas herdadas, que às vezes nos pareçam apenas parcialmente superáveis.

O colapso do sistema de comunicação científica ao nível mundial manifesta vários aspectos preocupantes, que incluem os seguintes: o problema da língua, incluindo uma forte tendência de prestigiar a publicação em inglês, especialmente em relação aos artigos em revistas científicas; a fraqueza extraordinária de redes de distribuição de livros impressos; os preços elevadíssimos dos livros; o declínio das redes de bibliotecas acadêmicas como espaços físicos para a investigação; a má conservação do material nos arquivos; o papel crescente das restrições no sistema de propriedade intelectual; e último, os problemas associados com a Internet e a Web como sistemas de entrega confiáveis e acessíveis. Vou pormenorizar apenas alguns deles, em relação à produção e divulgação da história em Moçambique.

O problema da língua tem vários aspectos diferentes na África Austral. Posso testemunhar que as universidades sul-africanas não tomam a sério a formação de historiadores em idiomas vizinhos. A minha própria universidade, a University of Cape Town, oferece alguns cursos em português de curta duração, mas abandonou o ensino de Swahili há alguns anos, e para além de Afrikaans oferece apenas duas das nove línguas africanas nacionais oficialmente reconhecidas. É difícil ver como UCT, que orgulhosamente adotou a auto-descrição de uma instituição 'afropolitana', pretende treinar historiadores capazes de realizar pesquisa séria sobre os países africanos lusófonos. Tenho a ousadia de afirmar que, *kama unafanya utafiti wa vita vya uhuru Msumbiji, kujua Kiswahili kutakusaidia sana* – um conhecimento de Swahili é útil para o investigador da luta de libertação.

Além disso, existem fortes incentivos estruturais e financeiros para publicar em inglês – mesmo para os historiadores moçambicanos. Publicação histórica acadêmica está fortemente orientada em favor do que é eufemisticamente chamado de 'as revistas acadêmicas internacionais'. O termo 'internacional', como utilizado nesse conceito, significa revistas no idioma inglês, editado nos Estados Unidos ou na Inglaterra. Vejam só: como acadêmico sul-africano, cada vez que publico um trabalho numa revista assim reconhecida, minha universidade recebe um subsídio governamental de R80,000 (na faixa de 250 contos); uma publicação em português não atrairá qualquer incentivação desse tipo.

No entanto, o maior desafio visto a partir de África do Sul é a fraqueza das redes de distribuição de livros impressos publicados nacionalmente. Esta fraqueza manifesta-se dentro dos países, mas especialmente entre os territórios nacionais vizinhos. As livrarias e bibliotecas sul-africanas estão cheias de livros na língua inglesa importados dos Estados Unidos e da Inglaterra, da mesma forma que, na minha experiência, as livrarias moçambicanas estão cheias de livros importados de Portugal. O apoio às editoras nacionais continua fraco, e é tão inútil tentar encontrar uma publicação do Zimbábue, por exemplo, numa livraria sul-africana, como buscar uma edição angolana a venda em Moçambique.

Quase o único caminho para a aquisição de um livro, como o primeiro volume da *História da Luta Libertação Nacional* (editado por Doutor Joel) é de viajar para Maputo e fazer um roteiro às várias livrarias até encontrar um exemplar. No caso das biografias publicadas pelo ARPAC, parece que foram esgotados antes mesmo de eu tomar conhecimento da sua existência.

Antes de me aposentar, fiz várias viagens em volta da África, como funcionário da universidade, para comprar monografias acadêmicas localmente publicados em países como Moçambique, Senegal, Camarões, Nigéria, e Zâmbia, entre outros. Mesmo tendo em conta os custos das passagens e das despesas de alojamento, além do caráter aleatório e não sistemático dessas

viagens, foi de longe a maneira mais eficaz de agregar publicações nacionais às coleções de pesquisa da universidade.

Da mesma forma, um livreiro da livraria especialista «Clarkes» na Cidade do Cabo costuma empreender viagens de carro regulares para Maputo com o objetivo de comprar publicações moçambicanas que em seguida, a empresa revende aos clientes em todo o mundo. Todos nós na comunidade internacional de estudos moçambicanos, estamos, assim, obrigados a contar com uma rede de contatos pessoais, para receber anúncios das novas publicações, e com canais informais para realmente obter exemplares dos textos essenciais.

É do conhecimento comum que os arquivos e bibliotecas acadêmicas na grande maioria dos países africanos, incluindo certamente Moçambique, existem em precárias condições físicas, com orçamentos tão baixos que nem conseguiram apoiar acima do mínimo o ensino de graduação, muito menos adquirir as coleções necessárias para investigação histórica séria. Mais uma vez, a partir de minha experiência pessoal, o Arquivo Histórico de Moçambique é uma exceção extraordinária para esta regra, mas o mesmo continua a requer um investimento substancial para ser capaz de desempenhar o seu papel essencial.

Todos esses factores em combinação significam que muitos pesquisadores da atualidade não têm um acesso completo e fácil a toda a gama de fontes – impressas e eletrônicas, primárias e secundárias – que precisam para realizar seu trabalho.



Tradicionalmente, uma das funções chaves da pesquisa histórica era sempre a produção de narrativas sobre eventos do passado que, por um lado *relatam* (nesse caso, a história da luta armada) e por outro *explicam* (o caráter do inimigo, os motivos dos participantes, as decisões estratégicas, etc.). Para ser eficaz, uma tal narrativa deve possuir quer coerência (isto é, fazer sentido, obedecer uma lógica interna), quer fidelidade (isto é, ressoar com a experiência e os valores dos leitores). É de esperar que cada narrativa histórica, portanto, seja submetida a modificação e revisão enquanto as gerações passam.

A história da luta de libertação como elemento constituinte de estudo mais amplo da guerra em África mostra que, para citar outra vez o historiador britânico Richard Reid:

[...] a guerra na história africana [...] não representa algum ramo anómalo e marginal com pouca relevância ao corrente principal, a história global da violência organizada [...] pelo contrário, o papel da guerra no passado africano revela muito sobre como a violência abastece a criatividade em maneiras notáveis e às vezes terríveis [...] a guerra africana [...] deve ser entendida [...] como representativa, em alguns dos ambientes mais exigentes do mundo, de uma luta para o desenvolvimento que é ainda para acabar.¹⁹

¹⁹ Reid, *Warfare in African history*, p.182.

O processo de escrever tais histórias é quase sempre controverso, e muitas vezes produtivo de novas ideias: é um processo a ser acolhido e abraçado. Mas o que isso significa é que nunca será possível escrever uma frase final, com um ponto final, e dizer que, bem, esta história já foi escrita.

Referência Bibliográfica

EVERY, Richard . *Why the Allies Won*. 2ª. Edição. Londres: Pimlico, 2006.

BELICH, James. *The New Zealand wars and the Victorian interpretation of racial conflict*. Auckland NZ: Auckland University Press, 1986.

CAIN, John P. *Counterinsurgency in Africa: the Portuguese way of war, 1961-1974*. Westport, Conn.: Greenwood, 1997.

CHISSANO, Joaquim Alberto. *Vidas, lugares e tempos*. Maputo: Texto Editores, 2010.

DARCH, Colin. Escritos e investigação sobre Moçambique, 1975-1980. *Estudos Moçambicanos*, no.1, 1980.

HONWANA, Raúl Bernardo . *Memórias*. Rio Tinto: ASA, 1989.

HORNE, Alistair. *A Savage War of Peace: Algeria 1954-1962*, ed. rev. Londres: Macmillan, 1996.

JIKA, Comandante. *Reflexões sobre a luta de libertação nacional* 2ª. Edição. Luanda: UEA, 1979.

LARANJEIRA, Lia. *Mashinamu na uhuru: arte makonde e história política de Moçambique*. 1950-1974. São Paulo: Intermeios, 2018.

MAXIMIANO, E. & ASSIS, A. F. de. O ensino da história no período pós-independência,' in: Alexandrino José e Paula Maria G. Meneses (org.) *Moçambique: 16 anos de historiografia* . Maputo, 1991.

NDELANA, Lopes Tembe. *Da UDENAMO à FRELIMO*. Maputo: Marimbiqwe, 2012.

REID, Richard J. *Warfare in African History*. New York: Cambridge University Press, 2012.

REIS, Bruno & OLIVEIRA, Pedro. Cutting heads or winning hearts: late colonial Portuguese counterinsurgency and the Wiryamu massacre of 1972. *Civil Wars*, 14, no.1 (Março de 2012).

WEST, Harry. *Kupilikula: governance and the invisible realm in Mozambique*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

Artigo recebido para publicação em: julho de 2019.

Aprovado para publicação em: setembro de 2019.